

2. Identificando influências: a tradição política liberal dos Estados Unidos e seus reflexos

Como apresentado anteriormente, o objetivo deste trabalho é desenvolver uma abordagem para a análise da política externa dos Estados Unidos que vá além da divisão tradicional entre posições realistas e idealistas. O modo pelo qual se pretende atingir esse objetivo é interpretar tal política externa através da tradição política liberal dos Estados Unidos e suas influências. No entanto, antes de avançar nessa proposição, é imprescindível definir aqui ao que se refere, e ao que não se refere, o termo “tradição liberal”.²¹

Contemporaneamente, a utilização do termo liberal nos Estados Unidos tem uma forte vinculação ao Partido Democrata. Na concepção estadunidense, as políticas liberais seriam aquelas que postulam um Estado mais presente na economia, atuando com o intuito de proteger o cidadão e fornecer bens públicos como educação, saúde, previdência social, e outros. A tradição do Partido Democrata é de promover governos nos quais o Estado atua com níveis mais elevados de intervenção na sociedade, o que em outras partes do mundo poderia ser classificado como governos mais à esquerda do espectro político.²²

Desde logo, não é a esse tipo de tradição liberal a que este trabalho faz referência. A tradição liberal que será aqui exposta não é particular a um partido político ou vinculada a determinados tipos de políticas econômicas e sociais. O conceito de tradição liberal identificado a seguir constitui-se de uma série de idéias que perpassam todo o espectro político dos Estados Unidos, compartilhadas por seus membros. A própria palavra tradição remonta a um passado comum e contínuo, neste caso ligado à época de constituição do país como Estado independente, e aos desdobramentos desse evento histórico.

²¹ A utilização da expressão “tradição liberal” neste trabalho significa “tradição política liberal dos Estados Unidos”. Eventuais citações a outros significados do termo “tradição liberal” serão adjetivadas de forma clara e direta no texto.

²² Interessante notar a inversão da terminologia utilizada nos Estados Unidos, em relação ao resto do mundo. Fora deste país, a referência a políticas liberais é diretamente relacionada a partidos que defendem liberdades individuais e menores graus de intervenção estatal na sociedade.

Tampouco a tradição liberal aqui referida é a do liberalismo europeu, seja em sua vertente econômica ou política. Apesar de fortemente influenciada pelo Iluminismo europeu, a tradição liberal dos Estados Unidos desenvolveu-se com características específicas. Mesmo compartilhando alguns princípios em comum, essa tradição liberal não é a mesma do liberalismo econômico de Adam Smith ou do liberalismo político de John Locke.²³

Feitas tais advertências de caráter negativo, e antes de examinar o conteúdo positivo dessa tradição liberal, resta ainda uma ressalva quanto à leitura histórica que possibilita a identificação da mesma.

2.1. As histórias de uma História

O título acima é uma paráfrase ao nome de um livro de Gerson Moura, publicado postumamente.²⁴ Tal obra constitui o início de uma pesquisa sobre a leitura da história do Brasil feita por historiadores nos Estados Unidos, os chamados “brasilianistas”. Moura discorre preliminarmente sobre os desenvolvimentos da historiografia naquele país: antes de abordar o trabalho dos “brasilianistas”, o autor tem de recorrer a uma explicação sobre o estado da arte da disciplina. O objetivo é situar o leitor no contexto ao qual se inserem tais estudos e, assim, agregar também algum poder explicativo no entendimento dos caminhos que os estudos sobre o Brasil tomaram. Ao tratar a disciplina de História nos Estados Unidos, a tônica do trabalho de Moura é a exposição das diferentes maneiras de se narrar uma mesma história.

A relevância dessa obra de Gerson Moura para esta pesquisa não é apenas de teor substantivo, na medida em que o autor discute muitas das obras de referência que serão aqui abordadas. Sua importância também se dá, sobretudo, pela perspectiva de análise utilizada. Caminhando pela evolução da historiografia nos Estados Unidos, Moura demonstra como os diferentes paradigmas da disciplina interpretaram e reinterpretaram a história dos Estados Unidos, chegando nem sempre a conclusões compatíveis. Neste sentido, seu trabalho é, além de relevante, uma advertência. A interpretação da história dos Estados Unidos que

²³ Vide seção 2.2.1, abaixo.

permite a identificação de uma tradição liberal é apenas uma de muitas interpretações possíveis e, como todas as outras, não pode ser tomada como definitiva. Esta relatividade, todavia, não invalida a tradição liberal como fator explicativo, pelos motivos que serão expostos a seguir.

Um dos primeiros autores a identificar as singularidades das instituições políticas nos Estados Unidos foi Alexis de Tocqueville.²⁵ Dentre suas muitas aptidões e profissões, Tocqueville viajou aos Estados Unidos em abril de 1831 como funcionário público francês em missão de analisar o sistema penitenciário daquele país. Sua viagem, de pouco mais de um ano, além de um relatório sobre as prisões nos Estados Unidos lhe rendeu a publicação dos dois volumes de *A Democracia na América* – o primeiro em 1835 e o seguinte em 1840. Em ambos, o autor se mostra fascinado com a peculiaridade da democracia naquele país, para ele advinda da situação de igualdade entre os cidadãos estadunidenses, única em todo o mundo.

No entanto, a obra de Tocqueville permaneceu pouco discutida dentro dos Estados Unidos até meados do século XX. Ela só veio a ser resgatada com o aparecimento da história consensual durante a década de 50, e foi por meio desse tipo de narrativa histórica que também se pôde identificar o conceito de tradição liberal. Para compreender as trajetórias do paradigma da história consensual e do conceito de tradição liberal, se faz necessário analisar as bases pelas quais era tida a historiografia dos Estados Unidos à época.

A partir do final do século XIX, as leituras da história dos Estados Unidos foram marcadas pelo chamado paradigma da história progressista. O autor que desencadeia tal corrente é Frederick Jackson Turner, sendo seguido por outros nomes relevantes como Charles A. Beard, Vernon L. Parrington e Carl Becker. A interpretação progressista, de uma maneira geral, tende a ressaltar a característica do conflito econômico e político no desenrolar da história dos Estados Unidos. O primeiro passo é dado por Turner. Contestando as orientações tradicionais da disciplina até então, que enxergava a história dos Estados Unidos como um embate entre o norte livre e o sul escravista, o autor argumenta que tal conflito é

²⁴ MOURA, Gerson. *História de uma História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

²⁵ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; e TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

secundário frente à característica principal do desenvolvimento do país: a disputa entre o leste capitalista e o oeste do pioneiro democrático.²⁶

Turner é um dos grandes responsáveis pela construção do chamado mito da fronteira nos Estados Unidos. Segundo ele, as características dominantes dos estadunidenses só podiam ser expressas em sua totalidade na fronteira: um renascimento constante, sempre em expansão e com novas oportunidades, e em contato com uma simplicidade primitiva. Ainda, era a fronteira a válvula de escape por onde escoavam as tensões do leste, capitalista e urbano. Dessa maneira, a fronteira seria a grande responsável pela promoção do caráter democrático dos Estados Unidos, na medida em que fornecia sempre terras a colonizar e oportunidades a todos. Seguindo o argumento do autor, é na fronteira que se expressa a singularidade dos Estados Unidos.²⁷

Por mais criticada que tenha sido a tese da fronteira, ela lançou as bases para muitos debates sobre o movimento de expansão do país, sobre mobilidade social e, além disso, apresentou uma abordagem baseada no conflito social que depois seria desenvolvida por muitos outros estudos progressistas. Talvez o mais influente desses estudos tenha sido o trabalho desenvolvido por Beard.²⁸ Por meio de uma abordagem fortemente influenciada pela economia, este autor escandalizou alguns historiadores mais ortodoxos ao apresentar uma leitura da Constituição dos Estados Unidos motivada não por idéias iluministas mas por interesses capitalistas. Para Beard, à época da independência, dois grupos poderiam ser distinguidos: a grande maioria da nação composta de pequenos fazendeiros e trabalhadores, devedores de uma pequena minoria detentora de capital. Os Pais Fundadores foram, em sua maior parte, identificados com esta elite econômica e procuraram refletir na Constituição ideais que os beneficiassem, como o estabelecimento da propriedade privada e o incentivo à indústria e ao comércio.²⁹ A idéia de uma disputa entre Alexander Hamilton e Thomas Jefferson nos anos seguintes a independência e a Constituição também reflete em parte a

²⁶ TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Tucson: The University of Arizona Press, 1986.

²⁷ Vide MOURA, 1995, p. 23-24.

²⁸ BEARD, Charles Austin. *An Economic interpretation of the constitution of the United States*. New York: Macmillan, 1941.

²⁹ Vide MOURA, 1995, p. 26-27 e BACEVICH, Andrew J. *American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy*. Cambridge, Harvard University Press, 2002; p. 11-23. Em Bacevich encontra-se ainda uma discussão sobre as idéias de Beard referentes à política externa.

idéia de conflito entre dois grupos sociais distintos: uma elite associada a Hamilton e o povo a Jefferson.

Parrington, Becker e outros progressistas também desenvolveram leituras da história dos Estados Unidos ressaltando as características de conflitos políticos e econômicos recorrentes. Todavia, como aponta Richard Hofstadter, tal paradigma de interpretação histórica acabou por mostrar-se esgotado em algumas décadas.

*“The Progressive historians and the generation of historical specialists that worked under their inspirations had pushed polarized conflict as a principle of historical interpretation so far that one could go no further in that direction without risking self-caricature.”*³⁰

Hofstadter apresenta dois argumentos sobre o declínio da história progressista. O primeiro, como exposto acima, pressupõe um movimento cíclico próprio das idéias. Utilizando a metáfora de um pêndulo, o autor interpreta o desenvolvimento do paradigma progressista como tendo atingido o ápice de sua curva: qualquer evolução agora deveria vir do movimento contrário do pêndulo, do afastamento da idéia de conflito para alguma coisa diferente. Seu segundo argumento tem um caráter histórico. Tal momento derradeiro dos progressistas se deu na década de 50 do século passado, ao fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria. Este contexto propiciava interpretações que ressaltassem a individualidade estadunidense. A existência de conflito é quase universal e muito facilmente associava a história dos Estados Unidos com paralelos à Europa. Afastar-se deste paradigma foi, de certa maneira, afastar também tais comparações e abrir caminho para a celebração da singularidade.

Foi neste contexto de esgotamento que se desenvolveu o paradigma da história consensual. Interessante notar que, mesmo não se sentindo confortável com sua classificação nesta vertente, um de seus primeiros promovedores foi o próprio Hofstadter. Em uma de suas primeiras obras publicadas, um livro de 1948, o autor analisa algumas das principais personagens da tradição política dos Estados Unidos.³¹ Composto de uma série de artigos isolados sobre figuras como os Pais Fundadores, Abraham Lincoln, Woodrow Wilson, Theodore e Franklin Roosevelt, o autor tenta sempre fugir das leituras tradicionais mostrando um outro

³⁰ HOFSTADTER, Richard. *The progressive historians: Turner, Beard, Parrington*. New York: Alfred A. Knopf, 1968; p. 439.

lado da história, e normalmente o mais controverso, tal como interpretar Jefferson como um aristocrata ou Andrew Jackson como capitalista. O único texto que dá coesão a estes ensaios isolados é a introdução do livro, na qual o autor expõe um dos motivos para estas outras interpretações apresentadas por ele terem ficado encobertas até o momento. Expressando uma crítica à história progressista, sua explicação é exatamente o esforço exagerado sobre a idéia de conflito na história dos Estados Unidos. Afastando-se do conflito, Hofstadter identifica o que há de contínuo nestas tradições políticas:

“However much at odds on specific issues, the major political traditions have shared a belief in the rights of property, the philosophy of economic individualism, the value of competition; they have accepted the economic virtues of capitalistic culture as necessary qualities of man.”³²

A proposta diferenciada de seu livro, essa crítica progressista e a idéia de alguns valores compartilhados pela maioria das tradições políticas dos Estados Unidos, foram o suficiente para relacionar Hofstadter ao que viria a ser o paradigma da história consensual. Comentando o assunto anos depois, o próprio autor reconhece sua aproximação com a história consensual em início, mas aponta também sérias críticas a maneira como tais interpretações foram construídas, desvinculando-se assim deste paradigma.³³

Mesmo crítico dos progressistas e da ênfase exagerada na idéia de conflito, Hofstadter não se associa totalmente com a história consensual, principalmente tal como formulada por duas de suas principais referências: Louis Hartz e Daniel Boorstin.³⁴ O próprio Hofstadter é um dos que apresentam críticas contundentes aos dois autores, e ao paradigma consensual como um todo, assumindo uma posição estranha ao participar tanto do início como do “encerramento” desta perspectiva histórica.

A trajetória da história consensual foi curta; já no final da década de cinquenta as muitas críticas lançadas contra tal abordagem começavam a apontar suas insuficiências. Dentre tais críticas, três se destacam: (1) a incapacidade de abordar as especificidades da independência dos Estados Unidos, (2) sua

³¹ HOFSTADTER, Richard. *The American Political Tradition, And The Man Who Made It*. New York: Vintage Books, 1974.

³² HOFSTADTER, 1974, p. xxxvii.

³³ HOFSTADTER, 1968, p. 444.

³⁴ Os trabalhos de Hartz e Boorstin serão abordados a seguir, seção 2.2.3.

irrelevância ao tratar a Guerra Civil, e (3) a tendência a ignorar aspectos centrais da sociedade como suas divisões étnicas, raciais e religiosas.³⁵ Da mesma maneira que surgira como uma crítica à ênfase exagerada na idéia de conflito, a proposta do paradigma consensual acabou reproduzindo este mesmo erro, apenas em sentido oposto. O desenvolvimento de interpretações em chaves consensuais levou a um tratamento marginal de temas que não se encaixavam com este modelo. As três críticas acima representam muito bem esse padrão: enquanto as divisões dentro da sociedade eram simplesmente postas a margem, a Revolução e a Guerra Civil foram tratadas com leituras que não faziam direito a suas complexidades.

Todavia, o movimento realizado na direção de se identificar uma tradição consensual na história dos Estados Unidos trouxe algumas contribuições importantes. A primeira delas foi um dos próprios motivos de sua existência: o afastamento da idéia de conflito como única narrativa possível e, assim, a inclusão de uma abrangência maior de temas no desenvolvimento futuro da disciplina. Outra crítica levantada ao paradigma consensual também esconde uma de suas qualidades. Como citado acima, esta abordagem preteriu a análise das divisões – raciais, religiosas, e de gênero – dentro da sociedade estadunidense em favor de uma análise mais focada em uma tradição política constante que se identificava pela aceitação de valores comuns. Apesar de parcial, um enfoque deste tipo na tradição política dos Estados Unidos não era perseguido desde Tocqueville, e por isso também foi possível associar os primeiros trabalhos de Hofstadter com esta perspectiva.

O movimento de sucessão de paradigmas na historiografia dos Estados Unidos seguiu seu curso após a história consensual, e o trabalho de Moura é uma ótima introdução ao tema. No âmbito desta pesquisa, a análise destes paradigmas limita-se a história consensual porque é por meio dela que se pode identificar o conceito de tradição política liberal nos Estados Unidos. Todavia, a utilização deste conceito se dará ciente de sua relatividade e suas limitações. Apesar das críticas, a idéia de consenso ainda revela aspectos importantes. Mesmo Hofstadter reconhece as contribuições de tal abordagem, principalmente definindo-a como

³⁵ HOFSTADTER, 1968, p. 459.

um conceito negativo.³⁶ Ao invés de possuir um valor explicativo em si, a história consensual é mais útil no mapeamento dos limites da sociedade nos Estados Unidos. Afinal, foi desse motivo que nasceu tal paradigma: contrabalançando uma idéia exagerada de conflito. O conflito social existe sim, mas dentro de certos limites e variações definidos por uma tradição de valores compartilhados sempre presentes. A metáfora mais utilizada é a moldura de um quadro: não tem o conteúdo da pintura em si, mas delimita o que é a pintura e o que está fora dela. Na síntese de Hofstadter, *“the consensus point of view is limited in that it is only an assertion about the frame or the configuration of history and not about what goes on in the picture.”*³⁷

É neste sentido que a tradição liberal será encarada neste trabalho: como um conjunto de idéias que definem a configuração ou a estrutura do debate político praticado em torno delas. Assim, procurar-se-á identificar a influência desta tradição política liberal no debate sobre a política externa e a inserção internacional dos Estados Unidos, não como elemento definidor e decisivo de tais políticas, mas como pano de fundo essencial para o entendimento das mesmas.

Um último argumento pode ser lançado em favor da idéia de consenso para a análise da política externa dos Estados Unidos. Se uma das críticas mais comuns à história consensual foi a marginalização do conflito social e das diferenças étnicas e raciais, em favor de uma análise muito centrada no aspecto político e no compartilhamento de alguns valores desta classe política, é exatamente esta classe mais privilegiada pela perspectiva consensual quem terá maior influência na definição dos rumos internacionais dos Estados Unidos.

2.2.

A tradição política liberal

O que é então essa tradição política liberal dos Estados Unidos? Como seria de se esperar, não há uma definição direta e consensual desse conceito. Louis Hartz e Daniel Boorstin, duas referências ao tratar-se a idéia de consenso e tradição política, trilham caminhos diferentes para identificá-lo, ambos inspirados por Tocqueville que percorre ainda uma terceira argumentação distinta. Assim, o

³⁶ HOFSTADTER, 1968, p. 452-455.

³⁷ HOFSTADTER, 1974, p. xxix.

método aqui utilizado será a identificação de idéias recorrentes na literatura sobre tradição liberal, e a partir delas identificar suas influências na inserção internacional dos Estados Unidos.

Em uma obra recente, um ex-senador estadunidense fornece um bom ponto de partida.³⁸ Segundo George McGovern, as duas principais características da tradição liberal dos Estados Unidos são o comprometimento com “...*the moral and ethical law that derives from the King James Version of the Bible and the philosophers of the European Enlightenment.*”³⁹ Embora não possam ser tomadas de forma absoluta, estas duas influências se fazem muito presentes na tradição política liberal dos Estados Unidos. A existência de uma série de valores advindos do Iluminismo europeu pode ser constatada desde a Declaração de Independência em referências presentes em inúmeros documentos oficiais. Da mesma maneira, a presença de uma moral cristã e protestante nos Estados Unidos teve repercussões desde o princípio dessa sociedade, sendo projetada na idéia dos primeiros peregrinos puritanos.

Para melhor compreensão, cada um destes elementos será tratado em separado e, em seguida, as origens e a abrangência desta tradição liberal serão abordadas conforme dois de seus principais idealizadores. Depois de delimitado tal objeto, poderá se analisar a influência da tradição liberal nas reflexões sobre a política externa dos Estados Unidos.

2.2.1. O elemento político

Como citado brevemente acima, as origens da tradição liberal dos Estados Unidos remontam a experiência das 13 colônias, ao processo de independência e aos primeiros anos da República. São vários os mitos fundadores do Estado, e por meio deles é que se desenvolve o sentimento de singularidade do país. Em sua vertente política, essas peculiaridades manifestam-se no comprometimento com alguns valores provenientes do Iluminismo europeu.

³⁸ MCGOVERN, George. *The Essential America: Our Founders and the Liberal Tradition*. New York: Simon & Schuster, 2004. McGovern além de ex-senador é doutor em História e foi o candidato a presidência dos Estados Unidos derrotado por Richard Nixon em 1972.

³⁹ MCGOVERN, 2004, p. 11.

Uma das características peculiares do processo de independência dos Estados Unidos foi o não rompimento com os valores e instituições políticas da metrópole. As colônias inglesas da América sempre desfrutaram de um grau maior de autonomia em comparação as demais colônias do Império Britânico. Possuíam uma organização política própria, baseada nos mesmos moldes e princípios das inglesas, em perfeito funcionamento e atendendo as necessidades locais. A independência se deu num momento histórico no qual a Inglaterra foi levada a estreitar as relações com as colônias e cercear-lhes algumas liberdades.⁴⁰ Uma série de guerras e disputas coloniais européias acabaram também por provocar reflexos negativos aos colonos na América. Assim, uma das causas da Revolução em 1776 foi a percepção de que os interesses dos ingleses já não eram mais compatíveis com os interesses dos colonos e, por vezes, tornavam-se conflitantes. Nesse sentido, a luta pela independência nos Estados Unidos não foi travada com o objetivo de se estruturar uma sociedade em outros moldes; foi sim uma luta para se retornar a uma situação de organização social prévia, de um modelo anteriormente conhecido, inspirado no inglês, mas agora sem os constrangimentos proporcionados pela metrópole.

A formação cultural da elite colonial era muito próxima a dos britânicos. Em um livro especificamente sobre política externa, Felix Gilbert mostra como as primeiras idéias e práticas políticas dos Estados Unidos tinham descendência direta das tradições européias, em especial da inglesa.⁴¹ Homens como Thomas Jefferson e Benjamin Franklin estavam entre as elites culturais da época e circulavam livremente pelos altos círculos da sociedade européia. A apropriação de idéias européias acerca de teoria política foi decorrência dessa orientação política original e da situação em que se encontravam as colônias.

“We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.--That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed,--That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government, laying its foundation on such principles and

⁴⁰ KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: A Formação da Nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001; p. 67-97.

⁴¹ GILBERT, Felix. *To the farewell address: Ideas of early american foreign policy*. Princeton: Princeton University Press, 1961.

*organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness.*⁴²

Nestes trechos da Declaração de Independência, notam-se claramente valores compartilhados com o Iluminismo europeu. De início, a afirmação na igualdade dos homens e na existência de direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade.⁴³ A argumentação que a segue é totalmente inspirada na teoria do contrato social e poderia muito bem ser encontrada em tratados políticos britânicos sobre o assunto. Os homens, para assegurarem seus direitos, instituem entre si um governo que deriva seus poderes exatamente dos que consentem em sua criação. Uma vez que a soberania reside nos cidadãos, a qualquer momento que o governo por eles instituído deixe de cumprir suas funções – quais sejam, as garantias de seus direitos inalienáveis – o mesmo pode ser abolido e substituído por outro mais capaz de fazê-lo. É com essa argumentação que as treze colônias vão se dirigir ao Império Britânico.

Um dos lemas da independência, o não à taxação sem representação, era na verdade um antigo princípio inglês usado por burgueses contra Carlos I. Tais idéias, e a Revolução como um todo, não representavam uma ruptura com o modelo político inglês, mas sim uma quebra a ingerência da Inglaterra nos assuntos das colônias. E a inspiração teórica por trás dessa argumentação fora toda fornecida pelo Iluminismo europeu, e num grau mais acentuado pelo liberalismo político britânico. Os próprios britânicos haviam, alguns séculos atrás, lutado para limitar a influência de seu Rei; construíram uma teoria política com base nessa experiência. O que as colônias fizeram, em certo sentido, foi utilizar-se dessa mesma teoria: jogar John Locke contra John Locke.

Se o liberalismo político de Locke é refletido na afirmação de que todos os homens são iguais e possuem o direito inalienável à liberdade, a afirmação seguinte quanto ao direito à busca da felicidade remete ao liberalismo econômico de Adam Smith. Se não houve ruptura com as tradições políticas inglesas, tampouco com seus princípios econômicos. Mesmo havendo divergências entre as colônias do norte e do sul, ambas partilhavam das idéias econômicas liberais

⁴² U.S. National Archives & Records Administration. *The Declaration of Independence: A Transcription*. Disponível em: < http://www.archives.gov/national_archives_experience/charters/declaration_transcript.html >. Acesso em: 01 de setembro de 2004.

⁴³ Claramente, os conceitos de liberdade e igualdade entre os homens articulados à época são bem distintos dos atuais. Todavia, no âmbito desta pesquisa este ponto não requer maiores elaborações.

como a propriedade privada, a livre iniciativa, uma economia de mercado com livre concorrência e incentivos ao livre comércio.⁴⁴ A questão econômica e comercial fora um dos principais motes das lutas de independência. Além da questão crucial da taxaço, as imposiçoes do Império Britânico quanto a restriçoes comerciais significavam perdas consideráveis principalmente para as colônias do norte que possuíam características notadamente mercantes.

Novamente, a argumentação teórica é apropriada da tradição inglesa. Restriçoes comerciais e ingerência no funcionamento da economia seriam medidas completamente sem sentido. Em uma economia de mercado, a livre iniciativa e a concorrência deveriam funcionar livremente, sem serem molestadas por arbitrariedades do Império. Só dessa maneira poderia ser atingido o grau máximo de produção e lucratividade da economia, o que afinal era de interesse e benéfico a todos. Nesse liberalismo econômico não havia espaço para o colonialismo inglês.

É notável como o respeito a idéias e princípios da economia liberal se difundiram pelos Estados Unidos de uma forma quase absoluta. Culturalmente, se podem traçar paralelos com a idéia do homem bem sucedido por seus próprios esforços (*self-made man*) ou com exemplos como a máxima de Franklin de que tempo é dinheiro. O estudo de Max Weber sobre a vinculação da ética protestante ao desenvolvimento do capitalismo também é particularmente aplicável a sociedade nos Estados Unidos.⁴⁵ O fato é que princípios e máximas do liberalismo econômico permanecem difundidos no meio político dos Estados Unidos de maneira incontestável.

*“The sanctity of private property, the right of the individual to dispose of and invest it, the value of opportunity, and the natural evolution of self-interest and self-assertion, within broad legal limits, into a beneficent social order have been staple tenets of the central faith in American political ideologies;”*⁴⁶

A influência do Iluminismo não se limita somente aos princípios da independência, mas a uma série de valores que pautaram a atuação política dos Estados Unidos no início de sua existência. Da Constituição Federal instituída em

⁴⁴ Apesar do livre comércio ser defendido em princípio, questões protecionistas foram umas das mais debatidas nas primeiras décadas da República.

⁴⁵ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

⁴⁶ HOFSTADTER, 1974, p. xxxvii.

1788 se reconhece claramente o princípio da separação dos poderes de Montesquieu. De forma direta, o primeiro artigo trata do poder legislativo e suas incumbências, o segundo artigo do poder executivo, e o terceiro do judiciário. A Declaração dos Direitos (*Bill of Right*), conjunto das primeiras dez emendas à Constituição aprovadas em 1791, é outro exemplo. A primeira emenda trata da garantia dos direitos individuais dos cidadãos, liberdade religiosa e de culto, liberdade de expressão e de imprensa, e liberdade de associação dos indivíduos.

A segunda emenda à Constituição já representa uma característica mais particular da tradição política dos Estados Unidos, com origens em sua experiência histórica. Tal emenda institui o direito de todo cidadão de possuir uma arma. Para muitos, esse direito é interpretado como a garantia última do cidadão para se defender do Estado. Os colonos já haviam passado por essa experiência: para se defender do Império Britânico, e destituí-lo, tiveram de pegar em armas para garantir sua segurança e sobrevivência. É conhecida a história dos *minutemen*, homens que, durante a Guerra de Independência, estavam preparados a qualquer minuto para se defenderem de ataques ingleses.

Esses princípios de organização política, social e econômica, identificados aqui em suas origens históricas, perduraram desde a independência – ou mesmo antes dela – como as idéias fundamentais nas quais a sociedade estadunidense está baseada. Como consequência disso, a estrutura e o pensamento político nos Estados Unidos se desenvolveu sob influência dessas idéias. Somadas a um caráter missionário e de predestinação de seu povo, essas características compõe a tradição política liberal dos Estados Unidos aqui identificada.

2.2.2.

O elemento religioso

O que se pode chamar de elemento religioso na tradição liberal dos Estados Unidos é uma série de influências que essa tradição recebeu das primeiras seitas protestantes que imigraram para a América do Norte. Os motivos desse êxodo religioso são conhecidos: com o estabelecimento da Igreja Anglicana na Inglaterra, seguidores de diversas seitas protestantes deixaram a ilha procurando nova vida e liberdade religiosa nas colônias da América. Estes imigrantes ficaram conhecidos como peregrinos (*pilgrims*): estabeleceram-se majoritariamente nas

colônias do norte, pois as terras mais quentes e férteis ao sul já estavam ocupadas, e trouxeram consigo uma formação, princípios e valores que moldariam muito da sociedade estadunidense.

O grupo dos puritanos, protestantes calvinistas, se estabeleceu nos territórios da Nova Inglaterra. A história do navio *Mayflower* é famosa: a embarcação trazia os puritanos ao novo mundo, fugindo da opressão religiosa na Inglaterra. Durante o trajeto, seus ocupantes firmaram um pacto, o *Mayflower Compact*, no qual se comprometiam a fundar no novo mundo uma sociedade que seguisse leis justas e iguais. Ao desembarcarem em 1620, um pouco mais ao norte que o previsto, os puritanos enfrentaram muitas dificuldades para se estabelecerem. O inverno foi rigoroso, a plantação de trigo trazido da Europa falhou e muitos morreram; a ajuda dos chefes indígenas locais foi essencial para os colonos. Ao final do primeiro ano de colonização, os sobreviventes decidiram realizar uma festa para celebrar a permanência da colônia e agradecê-la a Deus. Nos anos seguintes criou-se a tradição da festa de Ação de Graças (*thanksgiving*), até hoje um dos eventos mais celebrados nos Estados Unidos.

O exemplo da Ação de Graças serve para simbolizar a abrangência da influência puritana na sociedade dos Estados Unidos. Essas colônias protestantes desenvolveram-se rapidamente, em parte devido a rigidez de suas regras religiosas e ao alto grau de controle imposto nas atividades da sociedade. Grande parte da historiografia tomou-os como o modelo dos colonos, da colonização de povoamento que desenvolve a comunidade local. Além disso, a crença no desenvolvimento do homem levou tais sociedades a fazerem grandes investimentos na educação: é no seio destas comunidades que nascem as primeiras universidades nos Estados Unidos. Em certo sentido, os peregrinos puritanos são a origem do que convencionaria chamar de WASP (*white anglo-saxon protestant*), o branco, anglo-saxão e protestante, a elite dos Estados Unidos.

A história de vida e a forte tradição religiosa desses peregrinos foram os fatores mais marcantes na influência que viriam a ter no imaginário da sociedade dos Estados Unidos. A experiência de deixar a Europa quase como fugitivos, a longa e penosa viagem e o desembarcar em um novo território pouco explorado foram muito marcantes para esse povo. Em sua fé religiosa, essa travessia foi tida como uma provação divina, como um teste para que agora pudessem estabelecer uma nova sociedade com princípios justos e puros. A comparação direta foi

estabelecida com a fuga do povo judeu do Egito, migrando anos pelo deserto no caminho de volta a terra prometida por Deus. Os puritanos viam-se como os judeus milênios antes, o povo escolhido por Deus passando por provações, e a América era a terra prometida.

Essa idéia teve fortes implicações no desenvolvimento das colônias e no posterior desenvolvimento da República. Se esse era o povo escolhido por Deus, todas as suas ações ganhavam um caráter divino, absoluto, certo por natureza. Os costumes iniciais da colonização puritana tinham um forte elemento moral presente. A sociedade era rigidamente controlada pelos princípios religiosos que a norteavam; mesmo com o passar das décadas, esse elemento de moralismo permanece imbuído na cultura dos Estados Unidos. Tanto assim que o termo puritano, que em origem designava um grupo de protestantes calvinistas, tornou-se sinônimo de conservador, retrógrado.

A idéia de povo escolhido também traz consigo uma outra implicação. Pensar em si mesmo como uma sociedade predestinada por Deus lhe confere um grau de superioridade frente ao resto da humanidade. Essa sociedade pura e justa que estava sendo construída nas colônias da América era pensada como o exemplo da humanidade, o ideal a qual todas as outras deveriam, e iriam naturalmente, seguir um dia. Assim nasce a idéia do experimento americano, a construção de uma sociedade nova que possui dentro de si os desejos de Deus e a virtude de toda a humanidade. Desde a formação das colônias, essa mesma idéia é transplantada para a República quando da independência dos Estados Unidos.

“Um povo eleito por Deus mostraria para a humanidade como criar um país a partir de princípios éticos e moralmente virtuoso: essa seria sua missão providencial. Tal qual um farol para o mundo, aqueles homens acreditavam que estavam não só criando um sistema inédito, mas de alcance universal. Uma criação única, modelo que eles iniciavam e que a humanidade, inevitavelmente, iria seguir. Na perspectiva deles, era o único caminho moral possível e qualquer outro modelo estaria na direção errada.”⁴⁷

Some-se ao elemento religioso princípios iluministas sobre valores universais, em uma revolução pensada como a redenção do novo mundo frente ao velho, e o imaginário criado será altamente liberal e pensado em termos absolutos. Esse caráter de predestinação e de singularidade do experimento americano

⁴⁷ JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: A Consolidação da Nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001; p. 34-35.

desenvolveu-se em conjunto com princípios como liberdade entre homens iguais, representação política igualitária, livre iniciativa e outros, para formar uma tradição política totalmente enraizada na sociedade dos Estados Unidos. Valores iluministas, em sua origem, são pensados de maneira absoluta, universal, aplicáveis a toda a humanidade. Ao se adicionar esse caráter religioso, de predestinação, escolha divina e singularidade de um povo, se geraria uma contradição, na medida em que esses valores universais estariam presentes apenas na nação predestinada. O resultado dessa dupla combinação foi uma tradição política que preza valores absolutos, mas ao mesmo tempo é auto centrada; quando pensa o internacional, essa tradição tenta refletir nele seus mesmos valores.

2.2.3. A abrangência da tradição

Apresentados os princípios da tradição liberal dos Estados Unidos, cabe explorar agora sua abrangência. Porque afinal tais idéias constituem uma tradição?

Uma das características intrigantes da sociedade nos Estados Unidos é, apesar da existência de instituições políticas altamente desenvolvidas e integradas a esta sociedade, não haver uma produção em teoria política que acompanhe tal fato. Daniel Boorstin expõe uma hipótese para a resolução de tal problema: é exatamente a crença da sociedade em princípios de uma teoria política tão absoluta, na confiança em suas instituições e no seu *modus vivendi*, que afasta os Estados Unidos de abstrações sobre uma teoria política própria.⁴⁸ Para Boorstin, a sociedade nos Estados Unidos tem tanta certeza da existência de uma teoria política imutável e inabalável por detrás de suas organizações políticas, que a discussão sobre tal teoria se torna sem importância. A essa certeza, o autor da o nome de *givenness*.

As origens desta característica de *givenness* seriam três.⁴⁹ Uma primeira idéia de que a perfeição das instituições políticas veio como dada do passado, uma herança da sabedoria dos Pais Fundadores e dos peregrinos puritanos que conseguiram expressar na organização política a resolução de todas as

⁴⁸ BOORSTIN, Daniel J. *The Genius of American Politics*. Chicago: Chicago University Press, 1953; p. 8.

necessidades presentes e futuras.⁵⁰ A metáfora que Boorstin usa é a idéia de pré-
formação: como se fosse possível colocar no microscópio os princípios políticos
da independência e da Constituição e ali achar em miniatura todas as instituições
políticas vigentes no presente. Segundo o autor, um dos fatos que possibilitou essa
crença foi a formação dos Estados Unidos em um período recente. A sociedade
não tem de recorrer a um mito de origem da mesma forma como os europeus, por
exemplo. Apesar de ser fato que a própria independência foi mitificada na
historiografia dos Estados Unidos, existe nesse país a idéia de que suas origens
são dadas claramente pela história moderna, imparcial, bem documentada. Assim
a constituição de um caráter nacional nos Estados Unidos, diferenciado do
europeu, foi facilitada. A experiência e o modo de vida nos Estados Unidos são
sempre referidos aos princípios dos Pais Fundadores.

Esta crença na validade dos princípios fundadores, da mesma maneira que
ajudou a construir um caráter nacional particular, ajudou também a delimitar o
que não está dentro deste caráter. Construiu-se uma ortodoxia política nos Estados
Unidos, baseada nesses princípios originais, e tudo que se encontra fora ou crítico
a ela é tomado com graus exagerados de histeria. Quando Charles Beard publicou
seu *An Economic interpretation of the constitution of the United States*, o
sentimento de indignação foi aparente, pois sua leitura ia contra os cânones da
historiografia que idolatravam a Constituição e os Pais Fundadores.⁵¹ O
macarthismo foi apenas mais uma expressão dessa aversão a diferenças.

Boorstin ressalta ainda outros fatores que ajudaram a disseminação dessa
idéia de pré-
formação dos princípios políticos, como a heterogeneidade da
população dos Estados Unidos. As grandes ondas de imigrantes que chegavam ao
país em busca de novas oportunidades estavam dispostas a tornarem-se cidadãos
dos Estados Unidos, serem incluídos na sociedade. Se tal assimilação pressupunha
a incorporação de princípios políticos tais como esses, liberais e não autoritários
como em boa parte do mundo, e também sem imposições religiosas, tanto melhor.
Como resumido pelo autor, os Pais Fundadores lhes deram uma teoria política, um
esquema de valores e uma filosofia de governo; um ideal, estático e ortodoxo.

⁴⁹ BOORSTIN, 1953, p. 9.

⁵⁰ A argumentação dos parágrafos a seguir pode ser encontrada em BOORSTIN, 1953, p. 10-22.

⁵¹ BEARD, 1941.

A segunda idéia do *givenness* é de que a adequação dessas instituições é fruto próprio da natureza dos Estados Unidos, natureza aí entendida em seu caráter ambiental: da paisagem, dos recursos naturais, da vastidão do território. Se a primeira característica estava ligada ao passado do país, a segunda esta ligada ao seu presente e as condições naturais de existência dos Estados Unidos. Se a primeira característica é estática e tem origem no plano das idéias, a segunda é dinâmica e origina-se do próprio continente americano.⁵²

Aqui perpassa a idéia de que a experiência, o modo de vida nos Estados Unidos tem sua origem na própria geografia da região. Desde as primeiras levas de imigrantes à colônia, as características do novo continente já eram exaltadas: a vastidão do território, sua abundância em colheitas e uma quase magia da água e do ar da América do Norte. Desenvolve-se a crença de que o estado natural dos Estados Unidos é um estado de liberdade, de igualdade e de independência. É esse o estilo de vida nos Estados Unidos, quase como inscrito por Deus na natureza do continente. Essas qualidades quase mágicas da geografia foram traduzidas por Turner na tese da fronteira e seu papel na formação do país.⁵³

A terceira origem do *givenness* é a que relaciona as duas primeiras, a idéia de continuidade na história dos Estados Unidos. A qualidade da experiência histórica dos Estados Unidos seria diferenciada, um contínuo de eventos homogêneos que mistura passado e presente, permitindo a aceitação de uma teoria dada pela suas origens puras e perfeitas e ao mesmo tempo dada implicitamente pela própria natureza do país.⁵⁴

Para fundamentar esta última idéia, Boorstin recorre a comparação com o continente europeu. O senso comum argumenta que os Estados Unidos não tem tradição histórica, devido a sua existência recente e ausência de grandes acontecimentos se comparado a Europa. No entanto, o autor tenta mostrar exatamente o contrário. Que é nos Estados Unidos, pela sua estabilidade e continuidade, que uma tradição e uma história podem realmente ser conhecidas. Na Europa, com sucessivas guerras, revoluções, anexações e mudanças de regime, não é mais possível distinguir qual o conteúdo normal de um Estado ou nação. Ao contrário, os cidadãos dos Estados Unidos foram brindados com um sentimento de

⁵² A argumentação dos parágrafos a seguir pode ser encontrada em BOORSTIN, 1953, p. 23-29.

⁵³ TURNER, 1986.

⁵⁴ A argumentação dos parágrafos a seguir pode ser encontrada em BOORSTIN, 1953, p. 30-35.

unidade histórica e de normalidade no tipo de vida e relações sociais que perseguem. Essa característica de normalidade e continuidade seria tamanha que a própria organização política do país acabou assumindo um caráter de inevitabilidade. São essas condições que permitem o relacionamento do passado e do presente, dos princípios de uma teoria política promulgados pelos Pais Fundadores e ao mesmo tempo emanados das condições naturais e do estilo de vida dos Estados Unidos.

O objeto deste *givenness*, desta crença inabalável na perfeição das instituições políticas, é o que o autor nomeia de o gênio da política dos Estados Unidos. Boorstin vai traçar a origem destas idéias em dois momentos históricos, não coincidentemente, nos puritanos e na Revolução.⁵⁵ O que o autor denomina gênio político é um objeto semelhante ao que Louis Hartz chamará de tradição liberal, e o que nesta pesquisa é tratado como tradição política liberal. Seus princípios e idéias, suas influências puritanas e iluministas, foram exploradas acima. A característica do *givenness*, dessa tradição ser tomada como dada na sociedade, é relevante na medida em que confere a estas idéias um caráter de continuidade e grande abrangência. No entanto, como o próprio autor reconhece em determinado momento do texto, por mais que estas noções de herança do passado, herança do presente e continuidade levem a interação com os dados da própria história dos Estados Unidos, elas o fazem por meio de uma abordagem não-histórica. É exatamente aí que residiriam as críticas vindouras a esta leitura consensual da história.

Uma das influências principais de Boorstin é a obra de Tocqueville, mas foi Louis Hartz quem se apropriou quase que diretamente dos argumentos do autor francês.⁵⁶ Hartz assume algumas premissas para iniciar sua análise da tradição política nos Estados Unidos: a idéia de que o país foi colonizado por homens que fugiam da opressão política e religiosa no continente europeu, e a inexistência destas opressões no novo continente se fazem presentes desde o início de sua obra. Para comprovar a singularidade da sociedade nos Estados Unidos, o autor utiliza-se de um método comparado, contrastando sempre as situações daquele país com a Europa.

⁵⁵ BOORSTIN, 1954. O capítulo II é sobre os puritanos e o capítulo III sobre a Revolução.

⁵⁶ HARTZ, Louis. *The Liberal Tradition in America: An Interpretation of American Political Thought since the Revolution*. New York: Harvest Brace Jovanovich, 1955.

Para Hartz, o motivo principal da singularidade da tradição política dos Estados Unidos, o fato desta ser constante, homogênea e liberal, resume-se ao fato da não existência prévia de uma ordem feudal no continente americano. Como não houve tal ordem anterior, ao contrário do caso europeu, nunca se puderam desenvolver nos Estados Unidos uma tradição conservadora que se reportasse a estes valores. Hartz estende ainda o argumento à não existência de correntes marxistas na política do país. O autor concebe o marxismo não apenas como uma quebra com a ordem burguesa européia, mas também como uma resposta a resquícios feudais desta sociedade; uma vez tais resquícios não presentes nos Estados Unidos, a influência do marxismo torna-se irrelevante.⁵⁷

Por toda sua obra, o autor ecoa uma velha argumentação de Tocqueville, de que os americanos nasceram iguais ao invés de terem de se tornar iguais como os europeus. A idéia que suporta esse raciocínio é a noção de que os europeus tiveram de lutar uma revolução (ou várias) para instalar uma sociedade com princípios liberais; tiveram de construir uma nova ordem sob os destroços de uma antiga. Nos Estados Unidos, a experiência foi completamente diferente: a partir da colonização, não houve ordem antiga a ser destituída ou utilizada de alicerce para uma construção liberal; não houve revolução. A independência teria sido uma luta contra a ingerência do Império Britânico, mas não contra suas instituições e princípios. Nesse sentido, os princípios liberais imbuídos na constituição da sociedade foram muito mais contínuos e profundos.

O conceito de tradição liberal que Hartz utiliza é muito mais político, inspirado no liberalismo de Locke, do que o desenvolvido por Boorstin ou o apresentado aqui anteriormente. O autor, no entanto, reconhece as limitações desta sua acepção, e chega mesmo a citar a falta de um aspecto de origem puritana.⁵⁸ A idéia de Locke de que em um estado de natureza os homens não competiriam por sobrevivência, mas sim pela distribuição dos recursos existentes, pôde ser vislumbrada na América: um continente novo, inexplorado e abundante em recursos, no qual os homens chegavam em certa condição de igualdade. A inexistência de uma ordem social, política e econômica rígida e fundada em desigualdades como a ordem feudal européia propiciou o desenvolvimento

⁵⁷ HARTZ, 1955, p. 6 e 9.

⁵⁸ HARTZ, 1955, p. 4.

político liberal nos Estados Unidos. A independência fora lutada por estes princípios.

O fenômeno que Hartz tenta elucidar é como a falta de um antigo regime, e a conseqüente falta de uma revolução contra o mesmo, levam a sociedade a interiorizar completamente os valores liberais de suas organizações políticas. Desenvolve-se um mecanismo auto-sustentável que reproduz a universalidade destas idéias liberais. *“There has never been a ‘liberal movement’ or a real ‘liberal party’ in America: we have only had the American Way of Life, a nationalistic articulation of Locke which usually does not know that Locke himself is involved.”*⁵⁹ É essa a característica principal da mente liberal que Hartz vai identificar. Partindo disso, o autor vai interpretar a história dos Estados Unidos tendo em mente esse liberalismo natural e tentando explorar sua tese em eventos como a Revolução, a trajetória dos partidos políticos, a Guerra Civil, chegando até o *New Deal*.

Seguindo o argumento do autor, o que ocorre é um movimento circular: a ausência de uma experiência que se contraponha aos valores liberais leva essa tradição a se tornar absoluta dentro dos Estados Unidos; uma vez interiorizada, essa mesma tradição impede a emergência de outras estranhas a ela. Como não existe relativização, os princípios liberais foram totalmente integrados a tradição política dos Estados Unidos sem qualquer outra tendência contestadora. Interessante notar então como Hartz desenvolve seu argumento. Como não há oposição interna, a definição destes princípios, de sua singularidade, precisa ser dada de alguma outra forma. A decorrência natural é que tal definição se de pela negação de um oposto; neste caso por um externo, pelo internacional. Utilizando termos do próprio autor, a experiência interna dos Estados Unidos os coloca numa situação estranha com o resto do mundo. Princípios e valores políticos nos Estados Unidos são pensados de maneira universal: o local e o particular são, ao mesmo tempo, absolutos e universais. Esta falta de relativos leva a uma dificuldade na compreensão de outras sociedades com valores diferentes dos seus. Hartz chega mesmo a questionar: *“Can a people that is born equal ever understand peoples that have become so? Can it ever lead them? Or to turn the*

⁵⁹ HARTZ, 1955, p. 11.

issue around, can peoples struggling for a goal understand those who have inherited it?”⁶⁰

No momento histórico em que escreve, durante o início do que viria a ser a Guerra Fria, Hartz tem a consciência que o desenvolvimento político mundial colocou os Estados Unidos numa posição central do sistema internacional. Ao mesmo tempo em que enxerga a peculiaridade da tradição política dos Estados Unidos, Hartz concebe também um desafio. Para o autor, a posição desfrutada pelo país é uma chance sem precedentes na história da nação: não apenas a possibilidade, mas a necessidade de engajar-se com o internacional e, ao mesmo tempo, redefinir seus conceitos políticos de forma a adquirir outros referenciais. Hartz começa e termina seu texto problematizando o papel dos Estados Unidos no cenário internacional, dados seu desenvolvimento histórico e político peculiar, sua condição estranha de relacionamento com o mundo, e conclui seu trabalho deixando a proposição desta chance de uma relativização de princípios no pensamento político dos Estados Unidos.

Além destas características levantadas por Boorstin e Hartz, mais um elemento pode ser incorporado à tradição política liberal. Quem o identifica é Hofstadter, que apesar de muito crítico dos dois autores também enxerga as contribuições do conceito de tradição liberal. Hofstadter chama a atenção para o que ele nomeia de *comity*, que poderia ser traduzido como respeito.⁶¹ Na definição do autor, este respeito existe em sociedade quando as partes ou interesses conflitantes que nela existem demonstram uma consideração mínima uma pela outra. As disputas na sociedade são perseguidas, mas nunca com a intenção de destruir completamente o adversário ou negar-lhe a legitimidade ou seus valores. Uma certa consciência de comunidade perpassa as relações sociais e políticas, a humanidade e o senso cívico não são abandonados nas disputas. A máxima que mais representa tal respeito é a noção de que a oposição de hoje algum dia estará no governo. Hofstadter acrescenta que durante o transcorrer da história dos Estados Unidos, esta característica de respeito sempre esteve presente, seja na Revolução, na Guerra Civil, ou em outros momentos, mas onde ela se faz mais presente e nítida é no relacionamento dos dois partidos nacionais.

⁶⁰ HARTZ, 1955, p. 66.

2.3. A tradição e o internacional

Tendo caracterizado os elementos da tradição política liberal e sua abrangência nos Estados Unidos, cabe tratar agora a influência dessa tradição na política externa do país e em suas interpretações. Como dito anteriormente, o objetivo desta pesquisa é avançar para além das leituras que classificam a política externa do país como bipartida entre uma vertente realista e outra idealista. Para tanto, pretende-se demonstrar a influência da tradição liberal na política externa dos Estados Unidos e como as interpretações que se utilizam dessa divisão entre realismo e idealismo falham ao articular tal influência liberal. As leituras que se utilizam dessa divisão tradicional serão abordadas nos capítulos a seguir, notadamente em dois momentos históricos de maior relevância: a década de 50 e a década de 90, ou o pós-Segunda Guerra Mundial e o pós-Guerra Fria. Nesses dois capítulos serão tratadas duas diferentes abordagens da divisão entre realismo e idealismo: na década de 50, inaugurando essa divisão e utilizando-a como meio de diálogo com a tradição de política externa vigente nos Estados Unidos; na década de 90, reutilizando essas categorias como meio de classificação das políticas externas do país.

Todavia, antes de abordar essa discussão é necessário demonstrar a relação da tradição liberal com a política externa em períodos anteriores. São os princípios gerados nessa interação com a tradição liberal que fundamentarão os padrões da política externa futura e, da mesma maneira, das leituras que serão feitas a seu respeito. Assim, será discutido a seguir o relacionamento entre tradição liberal e política externa até o período anterior a Primeira Guerra Mundial; os períodos históricos seguintes serão expostos no decorrer dos capítulos 3 e 4.

2.3.1. Uma influente despedida

A referência primária ao tratar da política externa dos Estados Unidos é, sem dúvida, o discurso de despedida do presidente George Washington datado de

⁶¹ HOFSTADTER, 1968, p. 454.

1796.⁶² Washington é tido como uma figura quase mítica na história dos Estados Unidos: é ele o pai da nação dentre todos os Pais Fundadores, general de vitórias na independência e homem de moral nobre e pura; é tido como a própria personificação do país. Reverenciado também entre seus iguais, foi escolhido para ser o primeiro presidente dos Estados Unidos e conduziu o país por dois mandatos. Ao final do segundo, resolveu afastar-se da vida política, no que alguns historiadores apontam uma vontade de deixar o país seguir rumos normais e evitar a personificação do poder como nos regimes europeus. Por todos estes fatos, um discurso de despedida com recomendações a serem seguidas já causaria grande impacto na tradição política e, neste caso de análise, na política externa.

Além desse fato, o discurso de despedida foi um documento amplamente trabalhado. No próprio discurso Washington reconhece que o escrevera por ocasião do fim de seu primeiro mandato, mas que a situação em que o país se encontrava levou-o a considerar a permanência no cargo por mais quatro anos. Quando em fim chegara a hora do discurso de despedida, foi pedido a James Madison e Alexander Hamilton que o revisassem; os dois era adversários políticos e a tentativa de Washington era a de produzir um documento neutro, que refletisse os verdadeiros interesses do país. Madison o fez, mas Hamilton, com a autorização do presidente, produziu uma nova versão que ampliava em muito o escopo do discurso e em especial o alerta aos perigos do engajamento externo.⁶³ Assim, o discurso de despedida não foi apenas uma exposição de idéias de um presidente em fim de mandato, mas um documento com muito valor simbólico que traduzia idéias presentes naquele ambiente político e traçava recomendações com um alto nível de autoridade.

O primeiro ponto levantado sobre política externa no discurso de despedida é a recomendação a um pragmatismo constante na condução das relações internacionais. Afeições ou inimizades com nações específicas poderiam deturpar a visão do governante e trazer resultados prejudiciais à sociedade. Todavia, a herança mais conhecida desse documento é exposta em seguida, na proclamação

⁶² Interessante notar que tal discurso não foi proferido e sim publicado em panfletos e jornais pela ocasião do término do segundo mandato do presidente. DUNNE, Michael. *Farewell to the Farewell Address? Or a 'Discourse of the Permanent and Transient in American Politics'*. In: *The Virginia Quarterly Review*, Vol. 77, No. 2. 2001; p. 212

⁶³ Vide GILBERT, 1961, capítulo V e McDOUGALL, Walter A. *Promise Land, Crusader State: The American Encounter with the World since 1776*. Boston: Mariner Books, 1998. p. 45.

da grande regra de Washington. *“The great rule of conduct for us in regard to foreign nations is in extending our commercial relations, to have with them as little political connection as possible.”*⁶⁴ Para fundamentar tal recomendação entra em cena a idéia do caráter excepcional dos Estados Unidos. Prossegue o discurso:

“Europe has a set of primary interests which to us have none; or a very remote relation. Hence she must be engaged in frequent controversies, the causes of which are essentially foreign to our concerns. Hence, therefore, it must be unwise in us to implicate ourselves by artificial ties in the ordinary vicissitudes of her politics, or the ordinary combinations and collisions of her friendships or enmities.

Our detached and distant situation invites and enables us to pursue a different course. If we remain one people under an efficient government. the period is not far off when we may defy material injury from external annoyance; when we may take such an attitude as will cause the neutrality we may at any time resolve upon to be scrupulously respected; when belligerent nations, under the impossibility of making acquisitions upon us, will not lightly hazard the giving us provocation; when we may choose peace or war, as our interest, guided by justice, shall counsel.

Why forego the advantages of so peculiar a situation? Why quit our own to stand upon foreign ground? Why, by interweaving our destiny with that of any part of Europe, entangle our peace and prosperity in the toils of European ambition, rivalry, interest, humor or caprice?”

Washington está claramente traçando uma distinção entre os Estados Unidos e a Europa – ou a qualquer outra parte do mundo, numa derivação lógica do argumento. Enquanto o Velho Continente está envolvido em guerras e disputas de poder, os Estados Unidos mantêm-se afastados desta realidade. Assim, esse país possui características singulares que lhe permite não participar dos problemas europeus. O presidente está tentando fundamentar o caráter da condução da política externa nos Estados Unidos como diferenciado, excepcional em relação a Europa e ao resto do mundo.

A referência implícita aos valores da tradição liberal é imediata. Da mesma maneira que a sociedade nos Estados Unidos se constituiu de forma diferente, mais igualitária e mais democrática em comparação ao restante do planeta, também as suas relações exteriores devem ser constituídas de maneira diversa. Essa situação de afastamento geográfico, deve portanto ser aproveitada de modo a impedir que se reproduzam no novo continente as questões e problemas vivenciados pelo antigo. Há um paralelo direto entre a idéia de singularidade do

⁶⁴ *Transcript of President George Washington's Farewell Address (1796)*. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=15&page=transcript>>. Acesso em: 01 de setembro

povo e das virtudes do experimento americano com essa maneira diferenciada e especial do país conduzir as suas relações internacionais.

Uma outra idéia presente na política externa dos Estados Unidos por influência da tradição liberal e desse caráter excepcional é a busca constante para que as ações do país no cenário internacional não sejam limitadas por nenhuma outra nação. A derivação desse conceito é simples: se os Estados Unidos são uma nação especial, ou mesmo um povo escolhido, as políticas do país não devem ser constrangidas por nenhum fator externo, para que dessa maneira possam expressar apenas sua singularidade e grandeza. Se for dependente de outras nações, os Estados Unidos acabaram caindo nas mesmas vicissitudes vivenciadas por elas. Por vezes chamado de unilateralismo, esse princípio não defende a ação individual do país em toda e qualquer circunstância; isso seria um exagero do argumento.⁶⁵ O que se busca é manter sempre uma margem de manobra para poder responder aos problemas de acordo com suas especificidades, sem depender de outros para agir e sem ter de agir em prol de outros. Reservada tal margem de manobra, alianças temporárias podem ser perseguidas se for do interesse da nação. O próprio discurso de Washington reconhece essa possibilidade, bem como afirma a necessidade de se cumprirem os pactos já estabelecidos.

O caráter excepcional da política externa dos Estados Unidos e sua busca por autonomia em suas ações são duas características que por vezes são tomadas na literatura como princípios absolutos de atuação internacional, devendo sempre ser aplicados em qualquer caso. Não parece ser esse o caso como exposto pelos próprios Pais Fundadores: suas recomendações estavam pautadas por uma realidade e um contexto histórico específicos. Durante todo o discurso de despedida, fica evidente a preocupação de Washington com fatores que pudessem

de 2004.

⁶⁵ Essa característica de busca por autonomia é denominada por boa parte da literatura sobre política externa dos Estados Unidos de unilateralismo. Para uma discussão sobre utilização do termo unilateralismo e seus exageros vide, por exemplo, DUNNE, 1998, p. 172 e McDOUGALL, 1998, capítulo II, em especial p. 40-42. Todavia, tal concepção de unilateralismo é distinta do entendimento usual do termo. Unilateralismo, em oposição à multilateralismo, é normalmente utilizado para designar ações ou políticas que são tomadas individualmente por um ator, sem o consentimento dos demais envolvidos, que acaba por constranger outros atores a tomarem medidas em sua referência. Feita essa ressalva, a utilização do termo unilateralismo neste trabalho seguirá a definição da literatura sobre política externa dos Estados Unidos, qual seja, a busca por autonomia. Na verdade, essa interpretação é mais bem expressa na regra geral de Hume sobre o equilíbrio de poder: “uma vontade de não estar à mercê dos outros”. Vide ARON, Raymond. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 215.

desestabilizar a recente república formada nos Estados Unidos – tanto internos quanto externos. A influência internacional é tida como um desses fatores, e por esse motivo todas as precauções a ela lançadas. O que fundamenta essas recomendações é a idéia de que um país recém formado como os Estados Unidos ainda não apresenta condições de se engajar com o cenário europeu sem sair prejudicado. A melhor orientação é que se retire ao seu providencial afastamento continental e se desenvolva, para quando chegar o momento estar em nível de igualdade com as demais potências.

Nesse sentido, tanto o caráter excepcional quanto a busca por autonomia são instrumentos pelos quais os Estados Unidos podem perseguir uma trajetória de fortalecimento próprio, sem se colocar em uma situação desfavorável envolvendo-se com as disputas das nações européias. Tais princípios, como expostos e aplicados pelos Pais Fundadores, não são de maneira alguma absolutos, fins em si mesmo. O legado deixado por essa geração de homens que viveram a independência foi derivado de sua própria experiência. O argumento de seus formuladores deriva de uma condição histórica específica; alterado o contexto e o nível de relacionamento entre os Estados Unidos e as demais nações, tais princípios também devem ser revistos e reinterpretados.⁶⁶

Todavia, o fator mais significativo para exemplificar a influência da tradição liberal no pensamento sobre política externa nos Estados Unidos está materializado na maneira pela qual o presidente justifica suas recomendações no discurso de despedida. *“Observe good faith and justice towards all nations; cultivate peace and harmony with all. Religion and morality enjoin this conduct; and can it be, that good policy does not equally enjoin it?”* Para Washington, os mesmos princípios nobres da religião e da moral, de conduta pautada na boa fé, na justiça, na harmonia e na paz, são os melhores princípios políticos para se conduzir o relacionamento entre as nações. Mais do que isso, pelo trecho acima, exatamente porque esses princípios são bons princípios de religião e moral deriva o fato de também serem bons princípios políticos. *“Harmony, liberal intercourse with all nations, are recommended by policy, humanity, and interest.”* Se expressa aqui uma fusão entre recomendações com bases políticas, na humanidade e nos

⁶⁶ Vide a discussão a seguir sobre as atitudes de Thomas Jefferson quando na presidência e em seguida aconselhando o presidente James Monroe.

interesses: todas são uma só. Não existe diferença entre a recomendação moral e a política, a recomendação moral é política.

É aqui que reside o elemento fundamental da influência da tradição liberal na política externa dos Estados Unidos: uma ausência de relativização de valores, tão bem expressa no discurso de despedida de Washington. Princípios morais e religiosos são tomados como princípios políticos; tais princípios, morais e religiosos, são universais e absolutos por sua própria natureza. Ao serem transplantados para os interesses políticos do país, traduzem esses interesses particulares em universais e absolutos. A relação entre um interesse político particular e um princípio moral universal é desfeita. Ao tratar a política externa dos Estados Unidos, essa influência liberal pensa o particular como universal.

Olhando como um observador externo, é nítido que esses princípios morais e religiosos são particulares à sociedade dos Estados Unidos. A partir deles, pensar seus interesses políticos como universais só faz sentido para os que estão imersos nessa mesma tradição liberal. Todavia, a constatação dessa relatividade não faz parte do pensamento liberal.

Foi dito acima que o caráter excepcional da política externa dos Estados Unidos e seu comportamento unilateral em busca de autonomia são duas influências da tradição liberal derivados de uma experiência histórica e, portanto, não absolutos. Mas em seguida está exposta a característica principal da influência da tradição liberal na política externa do país: traduzir interesses particulares em universais. A aparente contradição que existe aqui é, na verdade, a característica principal da política externa dos Estados Unidos: sua capacidade de traduzir e justificar diferentes tipos de conduta política por meio de sua tradição liberal. O Discurso de Despedida de Washington é emblemático nesse sentido. Encontram-se ali recomendações políticas baseadas na experiência histórica, como demonstrado nas idéias de excepcionalidade e unilateralismo. Mas no mesmo discurso os princípios de atuação política dos Estados Unidos são equiparados com princípios morais e religiosos.

Esse caráter absoluto de idéias e interesses na atuação internacional dos Estados Unidos está diretamente ligado à homogeneidade e continuidade da tradição liberal; suas influências foram sentidas ao longo dos séculos na dificuldade de se interpretar valores externos a essa tradição, e as são sentidas até hoje. Para além do caráter excepcional e da busca por autonomia, a falta de

relativização e a universalização do particular vão marcar a influência da tradição liberal na política externa.

2.3.2. Idéias de abrangência continental

Avançando um pouco mais, outra constatação da influência da tradição política liberal na política externa dos Estados Unidos pode ser encontrada na Doutrina Monroe.⁶⁷ Constituída de alguns princípios que norteariam a política externa do país, tal doutrina foi proclamada pela primeira vez pelo presidente James Monroe em discurso ao Congresso em 1823. Sua proposição central era: “...*that the American continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers...*”.⁶⁸

A intenção era clara: impedir que as potências européias reconquistassem as colônias no continente americano que uma após a outra vinham passando por processos de independência. Ainda, existiam áreas no novo mundo que não haviam sido alvo de colonização, nem tampouco reivindicadas por nenhuma nação. Pelos princípios da Doutrina Monroe, tais territórios também estariam fora do alcance das potências européias.

Foram muitas as motivações por trás da proclamação da Doutrina Monroe. O objetivo imediato mais claro era sinalizar o repúdio dos Estados Unidos a possibilidade de que repúblicas recém independentes do império colonial espanhol pudessem ser reconquistadas. Além disso, outras potências européias estavam interessadas em territórios ainda não demarcados na costa oeste da América do Norte. O Império Russo, que já controlava o território que é hoje o estado da Alaska, tinha pretensões sobre uma região da costa oeste denominada de Grande Oregon. A Inglaterra também possuía interesses na costa oeste do continente, principalmente no que concernia a utilização dos mares e a livre navegação. Aos ingleses não interessava diretamente a disputa por territórios na América.

⁶⁷ *Transcript of Monroe Doctrine (1823)*. Disponível em: <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=23&page=transcript>>. Acesso em: 01 de setembro de 2004.

⁶⁸ A discussão a seguir sobre a Doutrina Monroe está principalmente baseada em McDOUGALL, 1998, capítulo III; MEAD, Walter Russel. *Special Providence: American Foreign Policy and How it Changed the World*. New York: Routledge, 2002, capítulo III; DUNNE, 2001; e *The Terms of*

Todavia, não poderiam permitir que nenhum rival europeu conquistasse ali um grande império, desestabilizando assim as relações de poder no Velho Continente.

Os Estados Unidos partilhavam dos interesses britânicos, tanto sobre a livre utilização dos mares quanto sobre o não estabelecimento de potências européias no continente. A preocupação com o direito a navegação era óbvia devido ao forte comércio marítimo desenvolvido pelo país e a existência de territórios a oeste que seriam seriamente prejudicados caso lhes fosse impedida a utilização do Oceano Pacífico. Ainda, para além das preocupações inglesas com a balança de poder, os Estados Unidos não queriam permitir o surgimento em seu hemisfério de nenhuma potência em condições de lhes ameaçar.

À época, negociações foram tratadas com a própria Inglaterra sobre a possibilidade de se emitir um pronunciamento conjunto entre os dois países. Essas conversas tiveram um prosseguimento sério, e o conteúdo do documento seria muito próximo a Doutrina Monroe, estabelecendo além da não-intervenção européia em assuntos do continente a reafirmação da livre utilização de seus mares. Pela seriedade da situação e buscando algumas opções, Monroe consultou dois ex-presidentes: James Madison e Thomas Jefferson. Ambos demonstraram apoio ao conteúdo do documento, e concordaram com a necessidade de uma atitude do governo frente as possíveis ameaças de atuação européia no continente. A única ressalva, no entanto, foi a maneira pela qual essa atitude seria tomada: não havia certeza se um posicionamento conjunto com a Inglaterra seria o melhor meio de fazê-lo, nem quais as implicações futuras de tal fato.

Por fim, Monroe toma a opção contrária a um pronunciamento ou tratado conjunto. Declara sozinho a Doutrina que levaria seu nome e dá uma clara sinalização a Europa que interferência nos assuntos do continente americano não seria vista com bons olhos. Ao fazer tal escolha e seguir individualmente, Monroe evitou abrir precedente a opção de vincular diretamente os Estados Unidos a outras nações. Todavia, contava sem dúvida com o apoio velado inglês e com a proteção da marinha real, tendo a Inglaterra suas aspirações perfeitamente atendidas pela declaração do presidente.

Em seu discurso, Monroe reafirma o caráter excepcional dos Estados Unidos e as diferenças existentes entre o regime democrático de seu país em

relação as potências européias. Reafirma também que os Estados Unidos não participam das disputas de poder no Velho Continente, no entanto, se e quando as nações européias resolverem reconquistar impérios na América, o país considerará seus direitos invadidos e ameaçados, e poderá agir a esse respeito.

Uma das questões levantadas pela Doutrina Monroe é se ela quebra ou não os princípios de política externa estabelecidos por Washington décadas antes. Pode-se argumentar que ela estabelece uma relação direta entre os Estados Unidos com as repúblicas americanas, acabando assim com a idéia de autonomia. Uma vez o país estando compromissado com a defesa do continente, poderia acabar por colocar-se em uma situação em que teria de agir não por seu próprio desejo, mas por necessidade dos países vizinhos. Todavia, este não foi o caso como pensado por seus formuladores. A aplicação da Doutrina sempre foi pragmática e unilateral. Sempre que foi invocada, a Doutrina refletia uma intenção de agir por parte dos Estados Unidos, nunca de outros países pedindo por seu socorro.

Um de seus principais formuladores foi John Quincy Adams, Secretário de Estado à época e futuro presidente. Adams foi particularmente importante nas negociações iniciais com a Inglaterra. É dele a colocação que mais caracteriza o grau de pragmatismo da doutrina, quando diz que “os Estados Unidos não iriam sair a procura de monstros”. Ademais, nos casos em que realmente houve alguma intervenção dos Estados Unidos em questões de outras repúblicas americanas, relacionadas a disputas com potências européias, a ação dos Estados Unidos sempre se deu conforme suas decisões próprias, com pouca ou nenhuma consulta as partes envolvidas no continente. Um dos exemplos notórios é o caso do bloqueio aos portos na Venezuela, no qual o governo dos Estados Unidos interveio junto a Inglaterra para solucionar a questão com uma participação quase neutra dos próprios venezuelanos.

A esse respeito, é notório considerar a posição do terceiro presidente dos Estados Unidos. Thomas Jefferson fora um dos Pais Fundadores, participara da independência ao lado de Washington e outros, e por ocasião dos debates sobre a Constituição em 1788, encontrava-se servindo como representante diplomático em Paris. Quando assume a presidência em 1801, muitos lhe olhavam com desconfiança devido a sua proximidade com a nação francesa, e pelos efeitos

prejudiciais que tal influência poderia trazer ao país. No entanto, durante a Revolução Francesa e as posteriores Guerras Napoleônicas, Jefferson manteve-se atento a grande regra de Washington sobre influências e afeições a nações estrangeiras. Os Estados Unidos permaneceram neutros e não tomaram parte no conflito. Anos mais tarde, ao considerar o pronunciamento a respeito da Doutrina Monroe, a posição do ex-presidente foi diversa. Não havia nada ali que ameaçasse as orientações de Washington ou o princípio da autonomia. As relações com as repúblicas americanas não constituíam alianças e tampouco poderiam constranger o país de alguma maneira; dada suas características, não havia porque rejeitar o posicionamento de Monroe nessas bases. Confrontado com situações históricas diferentes, Jefferson soube interpretar e aplicar as idéias por trás da formulação da grande regra.

Também ao contrário do que se possa pensar, a Doutrina Monroe não representa um isolamento dos Estados Unidos e do continente americano dos assuntos europeus. Claramente, ela está em concordância com as motivações de Washington em seu discurso de despedida: permite aos Estados Unidos um desenvolvimento contínuo em seu hemisfério sem se envolver com as disputas de poder na Europa. Todavia, essa disposição não significa uma desatenção aos assuntos do Velho Continente. A motivação inicial da Doutrina fora proveniente da Europa: uma possível ameaça à segurança nacional representada pela ação de potências européias nos territórios da América. Dessa maneira, a própria formulação da Doutrina expressa a necessidade de preocupação com a situação no continente europeu.

Ainda, a segurança e a tranquilidade interna dos Estados Unidos passaram a estar relacionadas diretamente com a Inglaterra e com a capacidade dessa última de defender a livre navegação dos mares por meio de sua Marinha. Era claro que os Estados Unidos não possuíam capacidade de implementar e policiar a livre navegação para além de suas costas marítimas. Mesmo a Doutrina Monroe e afirmação de repúdio a novas tentativas colonialistas tinham um caráter mais simbólico que efetivo: naquele momento, mesmo uma ação dentro do continente poderia ser questionada. Dessa maneira, estabelecia-se uma vinculação direta entre os rumos do país, a situação da Inglaterra e, por conseqüência, da Europa. Uma vez que o equilíbrio de poder na Europa estivesse ameaçado, e a Inglaterra não mais pudesse efetuar o policiamento dos mares, os Estados Unidos acabariam

por envolver-se em assuntos europeus. Enquanto isto não ocorria, a Inglaterra propiciava o tempo necessário para a consolidação interna do país. Aos ingleses, esta barganha também parecia útil: para além das afinidades lingüísticas e culturais, identificavam nos Estados Unidos uma potência a quem também interessava a manutenção do comércio marítimo livre e de uma distribuição de poder estável na Europa. Uma vez estabelecidos nacionalmente, os Estados Unidos também atuariam pela manutenção do *status quo* e poderiam ser os garantidores dos ingleses no futuro.⁶⁹

Além de reafirmar os princípios contidos no discurso de despedida, a Doutrina Monroe tem outra referência implícita à tradição política liberal: a idéia de missão, de destino. Como exposto acima, a Doutrina tinha motivações políticas reais, respondendo a possíveis ameaças ao país. Todavia, na exposição de seus argumentos, a Doutrina Monroe remonta a uma idéia de que os Estados Unidos seriam o bastião da liberdade e garantidor dos direitos das repúblicas da América. Esta idéia de exemplo e de proteção é muito recorrente na política dos Estados Unidos e já aparecia em menor escala no discurso de despedida de Washington. Novamente, é a missão do povo escolhido, da nação escolhida em ser o exemplo e a redenção da humanidade. Décadas mais tarde, principalmente com a guerra contra a Espanha e o Corolário Roosevelt a Doutrina Monroe, essa influência da tradição liberal e da idéia de missão vai se juntar a um tipo de expansionismo dos Estados Unidos, representado na idéia de destino manifesto. Dá mesma forma que a expansão foi natural dentro do território do país, conduzida por uma idéia de providência divina, de povo escolhido, que foi reproduzida no mito da fronteira, a tradição liberal também teve reflexos na política externa na idéia de um sistema hemisférico americano, liderado, protegido e mantido pelos Estados Unidos.⁷⁰

2.4. Conclusão do capítulo

Brevemente, por meio da exposição de duas das principais fontes da política externa dos Estados Unidos em suas primeiras décadas de existência, foram aqui

⁶⁹ O argumento aqui é de Walter Russel Mead e é próximo a uma leitura *a posteriori* do desenvolver da Guerra Fria. Vide MEAD, 2002, p. 81.

⁷⁰ Sobre a idéia de destino manifesto, vide McDOUGALL, 1998, capítulo IV.

expostos quatro princípios que refletem a influência da tradição política liberal no pensamento sobre política externa desse país.

Relacionando-os rapidamente, (1) singularidade ou excepcionalidade, na idéia de que os Estados Unidos devam se conduzir internacionalmente de forma diferenciada, (2) autonomia ou unilateralismo, na idéia de que suas ações não devam ser constrangidas por outras potências, (3) a reafirmação desses dois primeiros princípios na idéia de sua aplicação continental por meio da Doutrina Monroe, e (4) a expansão desses conceitos na idéia de Destino Manifesto.

Muito mais haveria por ser dito a respeito desses princípios de atuação internacional dos Estados Unidos, e de fato existe uma vasta discussão na bibliografia acima referenciada. O objetivo aqui, entretanto, não é a discussão específica desses princípios, mas a demonstração de seus fundamentos na tradição política liberal dos Estados Unidos, e de que maneira essa tradição está presente no pensamento sobre política externa.

Para além das recomendações políticas desses quatro princípios, por todos eles perpassam a influência principal da tradição liberal na política externa: sua capacidade de traduzir interesses particulares em universais. Assim, a política externa dos Estados Unidos é pensada e produzida imersa em uma tradição de pensamento liberal na qual interesses políticos são elevados junto a princípios morais e religiosos. É esse fator liberal que possibilita a coexistência de políticas que seriam contraditórias de outra maneira. É esse fator liberal que nunca é explicitado pela bibliografia sobre a política externa do país. Por mais que distinções e classificações possam ser feitas, a exemplo das idéias de realismo e idealismo que serão abordadas a seguir, a tradição liberal age, como disse Hofstadter, como a moldura de um quadro, delineando os limites dessa política externa.